

Propostas modificam soberania

Quinze propostas de alteração da atual Constituição, ou de suspensão da vigência de leis ordinárias, já foram encaminhadas à Mesa da Constituinte. Sob denominações diversas — projeto de lei constitucional, ato constitucional, resolução constitucional e projeto de resolução da Constituinte — elas trazem à discussão a questão da soberania da Assembléia, e sugerem, em sua maioria, a revogação do "entulho autoritário".

O fim do decreto-lei, do decurso de prazo, do estado de emergência e das medidas de emergência é reivindicado em grande parte das propostas, assim como o restabelecimento das prerrogativas. O PDT e o PT avançam mais, apre-

sentando a questão da transitoriedade do mandato do presidente José Sarney, e conferindo à Constituinte o poder de marcar eleições diretas para presidente da República.

Além de pretender modificar a atual Constituição, o PT quer revogar a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, e determinar a apuração e julgamento dos responsáveis pelos crimes de terrorismo do Estado. Quer também anistia ampla, geral e irrestrita a todos os punidos por motivos políticos, amplo direito de greve, suspensão do funcionamento da Câmara e do Senado e a obrigatoriedade de as emissoras de rádio e televisão transmitirem diária e gratuitamente um programa sobre a

Constituinte, entre as 20 e 21h.

Uma outra proposta, do deputado Agaziz de Almeida (PMDB-PB), prevê que as Forças Armadas ficarão sob a autoridade suprema do presidente da Constituinte, até a promulgação da nova Constituição. E a mais genérica, e que já causou muita polêmica, é a do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE): outorga à Mesa da Assembléia o poder de baixar resoluções constitucionais. Pela proposição do deputado pernambucano, as resoluções, alterando no todo ou parcialmente qualquer artigo da Constituição, seriam baixadas após aprovadas por maioria absoluta dos membros da Constituinte, em votação secreta.